

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter "Anthropological Blues". In: E.D. Nunes. A aventura sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 23-35.

SEEGER, Anthony. Pesquisa de campo: uma criança no mundo. In Os INDIOS e nós: Estudo sobre as sociedades tribais brasileiras. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980. p. 25-40.

PARTIDOS POLÍTICOS NO PARÁ

Uma revisão bibliográfica

Alex B. Fiúza de **MELLO**

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sócio-Políticas da **UFPA**. Mestre em Ciência Política

RESUMO: Levantamento e revisão crítica de trabalhos multigrafados e/ou publicados em livros e revistas especializadas a respeito da realidade partidária paraense. Revisando o material disponível e referências de autores inclusive nacionais, procura delimitar contribuições e lacunas, sistematizando informações, em vista de futuras pesquisas que busquem aprofundar este tema central, para uma ciência política preocupada com as questões concretas da região.

ABSTRACT: Reasing and critique revision of works published in books and specialized magazines about the paraense partisan reality. Reviewing the writings disposable and mentions of other brazilians authors, this essay looks for a delimitation of contributions and limitations, ordering informations, considering future researches that try to deepen this central subject, for a political science worried with real questions of the region.

1 INTRODUÇÃO

LAMOUNIER & KINZO (1978), que elaboraram o mais exaustivo levantamento bibliográfico comentado sobre Partidos Políticos no Brasil (incluindo-se aí trabalhos inéditos), reconheciam àquela altura que a temática ainda carecia de maior tradição em termos de produção teórica em âmbito nacional. Contudo, chegaram a classificar quase 300 trabalhos, de uma centena de autores, agrupando as várias contribuições segundo afinidades de conteúdo. Dentre as cinco categorias apontadas, à exceção de estudos sobre comportamento eleitoral e atitudes políticas 1, não há qualquer referência sobre o Pará 2. Enquanto centros como Pernambuco, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul - isto para não falar em Minas, Rio de Janeiro e São Paulo - já apresentam uma maior tradição neste campo temático, a realidade político-partidária paraense está por merecer melhor tratamento no interior da academia. Isto implica, de saída, duas constatações: 1º) tudo está por ser feito em termos de trabalhos mais elaborados e só-

1 As demais categorias classificadas, são: I) Paradigmas e principais fontes de referência; II) Representação: aspectos institucionais; III) Representação: recrutamento político e atuação parlamentar dos partidos; IV) Partidos: organização e ideologia.

2 A exceção acima citada diz respeito a três artigos de **AMILCAR TUPIASSÚ** sobre eleições paraenses nos anos de 1962, 1966 e 1974, publicadas pela Revista Brasileira de Estudos Políticos, respectivamente nos números 16, 23/24 e 43.

lidos, sociologicamente falando;³ 2º) as fontes disponíveis mais preciosas - porém, esparsas e conjunturais - terão de ser buscadas em matérias jornalísticas e mediante entrevistas com personalidades (ainda sobreviventes) que vivenciaram momentos mais recentes do processo político local.

Os limites e contornos desta parca literatura disponível passam a ser relevantes em função de sua própria precariedade, na medida em que podem se traduzir em objeto de reflexão e avaliação crítica. Por sua vez, a abertura de outros caminhos e a descoberta de novas pistas à compreensão da realidade partidária paraense nos seus vários momentos e dimensões, à parte a revisão do material apontado, implica obrigatoriamente um esforço de incorporação de possíveis contribuições que, do ponto de vista teórico-metodológico, podem oferecer estudos afins

3 Na oportunidade em que o presente ensaio era escrito (1985), ainda não haviam sido produzidos dois trabalhos que passam a ter referência obrigatória: "A Mediação Política em Belém do Pará (1986)", de **Pasquale Di Paolo** - particularmente o item "C" do cap. 3, que versa sobre a relação partidos x Estado" - e "O Pessedismo e o Baratismo no Pará" (título provisório) de **José Queiroz Carneiro**, esta a primeira tese (Mestrado) dedicada à realidade partidária paraense - ainda que em fase final de elaboração - e que passa a se constituir no trabalho de maior fôlego e importância pertinente ao assunto. Além do mais, encontra-se em fase de elaboração outra tese de Mestrado que objetiva discutir a participação da mulher em agremiações partidárias e política paraense, de autoria de **Maria L. M. Álvares**. Os três trabalhos mencionados, de professores do departamento de Ciências Sócio-Políticas da UFPA.

produzidos em outras regiões do país, independentemente de seus objetivos específicos. Esse esforço de síntese se constitui no conteúdo da presente revisão bibliográfica, cujas conclusões estão "construídas" como problemas e hipóteses para futuras pesquisas sobre o assunto.

A opção por uma análise comparativa das fontes conduziu a um esquema de interpretação em que autores e obras não são tratados isoladamente; pelo contrário, são analisados contemporaneamente em função de traços comuns e/ou diferenças evidenciados e selecionados ao longo do estudo. As lacunas e problemas detectados são o resultado de uma avaliação crítica do conjunto bibliográfico no que toca ao seu "perfil" objetivo e nada têm a ver com "cobranças" a autores individualmente, como se houvesse "falhas" em estudos que, quase sempre, não pretenderam abordar questões aqui suscitadas. Da mesma forma, contribuições consideradas importantes ao aprofundamento do assunto, mesmo em se tratando de inferências pouco trabalhadas pelos autores, têm seu mérito resgatado e dimensionado.

2 DA TRADIÇÃO SEM PRESENÇA À AUSÊNCIA DE TRADIÇÃO

Se, a nível da literatura internacional, que versa sobre Partidos Políticos, pouca coisa existe a respeito da realidade partidária brasileira⁴, tra

⁴ Se tomados os dois grandes trabalhos de envergadura que são, sem dúvida, os livros de **DUVERGER** (1951) e **SARTORI** (1982), apenas este último cita alguma coisa sobre partidos no Brasil e, mesmo assim, o faz com referência exclusiva ao bipartidarismo pós 64.

tamento ainda mais omissivo é facultado ao estudo sobre partidos no Pará, pela historiografia e sociologia política nacionais. Desde ensaios mais gerais como os de **MELO FRANCO** (1974) e **CHACON** (1981) - que empreenderam uma análise mais ampla dos vários períodos da vida partidária no país - aos estudos que se detiveram, com maior profundidade de análise de conjunturas políticas determinadas - **SOARES** (1973), **SOUZA** (1971 e 1976), **BRASIL** (1983) - ou mesmo aqueles mais monográficos - como **OLIVEIRA** (1973) e **BENEVIDES** (1981) - pouco ou nada há sobre o Pará. Assim, ora se tem construções de modelos teóricos bastante gerais - por vezes de tendência histórico-jurídica, predominantemente descritiva - e pouco preocupados com as particularidades de cada região, ora linhas de interpretação que, embora reconheçam particularidades locais, poucas referências conseguem a respeito de situações regionais mais afastadas do eixo Centro-Sul, as quais, quando aparecem, sempre se constituem em indicações tópicas, pouco ilustrativas.

Exemplo disso é o trabalho de **SOUZA** (1971) sobre o processo político-partidário na Primeira República. A participação do Pará no período é abordada de forma indireta ou mediante rápidas e reticentes citações. É o caso do destaque (pouco avaliado) à recusa do apoio de **Lauro Sodré** (primeiro grande líder do Partido Republicano no Estado) ao golpe de **Deodoro da Fonseca** (dissolução do Congresso Nacional cujos membros, na sua maioria, opunham-se ao Presidente por terem por este sido afastados da cúpula política em seus respectivos Estados), única exceção em todo o país!. **Lauro Sodré** é também lembrado como membro articulado do bloco parlamentar sustentado pelas representações do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e que fora por este lan

çado como candidato à sucessão presidencial contra a indicação de **Campos Sales**, apoiado pelas bancadas da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Pernambuco. Outra citação que merece relevo, mas pouco comentada, refere-se às vinculações entre oligarquias do Norte-Nordeste a **Pinheiro Machado**, líder gaúcho no Senado Federal, e que representavam oposição ao domínio das oligarquias dos grandes Estados cafeeiros (como São Paulo) no plano nacional. Mas, certamente, as passagens mais interessantes são as que correspondem à campanha sucessória de **Afonso Pena** quando, liderados por **Pinheiro Machado** e favorecidos pelas divisões da bancada mineira, alguns Estados passam a sustentar a candidatura de **Hermes da Fonseca** - defendida no Pará por **Lauro Sodré**, então afastado do poder - numa tentativa de quebrar o domínio político paulista. O "hermismo" a nível estadual, como **SOUZA** coloca de maneira clara, representou um revesamento no poder político entre oligarquias. No caso do Pará, a intervenção de **Hermes da Fonseca** reconduziu **Sodré** à governança do Estado, destituindo do poder **Antonio Lemos** (após cerca de 15 anos de mandonismo local). A estratégia das "salvações militares", comandadas pelo novo Presidente, representou este golpe de velhas oligarquias então afastadas do poder pela recuperação do espaço político perdido.

O texto citado de **SOUZA** (1971), entre os autores "nacionais", é um dos mais significativos no que toca a referências sobre o Pará, embora não examine mais detidamente - mesmo porque não era este seu objetivo - as interessantes e fecundas questões levantadas. No próprio texto não há outros dados sobre a realidade política paraense. Temos, assim, uma certa tradição em estudos sobre partidos políticos a nível nacional, mas com pouquíssima presença de in-

formações sobre o Pará.

Diante desta tradição sem presença, a produção de autores locais se apresenta como um conjunto de trabalhos mais ricos de informação, mas, esparsos e isolados, denotando por seu lado uma ausência de tradição.

Já na introdução, são lembrados os artigos de **TUPIASSÚ** (1964, 1967, 1976) como os únicos que mereceram, até hoje, destaque nacional. Os limites de sua contribuição, porém, estão circunscritos ao estudo sobre comportamento eleitoral dos partidos nos pleitos de 1962, 1966 e 1974, para o Senado Federal, Câmara Federal e Assembléia Legislativa do Estado. Em termos globais, predominam análises de natureza quantitativa as quais, segundo expressão do próprio **TUPIASSÚ**, (1964) representariam mais "uma coleção de subsídios para um levantamento científico de proporções maiores". Particularmente o artigo sobre eleições de 1974 atesta esta tendência, visto que está "costurado" basicamente por meio de tratamento estatístico dos dados coletados portanto, com enfoque meramente informativo/descritivo - o que não minimiza o valor dos registros auferidos. Somente o texto sobre as eleições de 1966 é que se caracteriza, em parte, por uma maior preocupação com o trato sociológico da matéria, avançando algumas reflexões de natureza teórico-interpretativa, mais "qualitativas" no dizer do próprio autor. Este artigo busca explicar as mudanças ocorridas no bojo da política partidária no Estado, no período compreendido entre a morte de Barata e o pleito de 1966 (o primeiro após o golpe de 64), em relação ao qual o autor distingue duas fases: a denominada "pessedista" (1960-65) - caracterizada pela passagem da era "baratista" ao momento em que o PSD (partido dominante), com a morte do antigo interventor, teve de reestrutu-

rar-se e viver nova fase, com apoio de novos grupos sociais emergentes - e a do "jarbismo nascente" - marcada pela liderança de Jarbas Passarinho com o aval de segmentos que apoiaram o golpe militar de 64. Em termos de registros históricos, destacam-se no interior dos três artigos:

- a) a caracterização do eleitorado paraense segundo evolução demográfica e concentração espacial;
- b) a organização institucional das eleições;
- c) siglas partidárias representativas de cada agremiação;
- d) as candidaturas representativas de cada agremiação;
- e) os resultados dos pleitos;
- f) tendências nas preferências eleitorais;

Além de interessantes análises estatísticas comparativas no que toca a:

- evolução do número de eleitores no Brasil e Pará, com as posições relativas paraenses dentro dos totais brasileiros (1962, 66 e 74);
- coeficientes eleitoração/população por 1.000 habitantes (1966);
- distribuição do eleitorado paraense

segundo zonas fisiográficas (1966, 74);

- índice de abstenção sobre os respectivos eleitorados dentre os municípios de maior ocorrência (1974);
- distribuição dos municípios segundo votações em classes percentuais, a cada candidato ao pleito para o Senado, Câmara Federal e Legislativo Estadual (1974).

A preocupação pelo registro estatístico dos dados anteriormente mencionados é justificada pelo próprio autor, em função da ausência de tradição em estudos sobre política regional. E tem sua razão de ser. Anteriormente a **TUPIASSÚ**, raras são as publicações que têm por objeto um estudo sistematizado sobre partidos. Quando isto ocorre, como é o caso de **CRUZ** (1960), a contribuição fica restrita a narrativas de episódios envolvendo agremiações partidárias em períodos históricos precisos, sem maiores pretensões além da descrição de fatos relevantes, registro de documentos históricos, citação de vultos importantes e, para cujo objetivo é, no máximo, destinado um capítulo em meio a outros temas trabalhados pelo conjunto da obra. Contemporaneamente a **TUPIASSÚ** (1964, 1967, 1976) ou posteriormente a seus artigos surgem algumas publicações isoladas (por vezes reedições), produzidas em sua maioria por intelectuais tradicionais com ou sem vínculos com a Academia e que apresentam um ponto em comum: nenhuma concede aos partidos políticos o "status" de objeto central de análise, embora todas se caracterizem como obras de história e/ou sociologia política. En-

quanto que em livros como os de MUNIZ (1973/ reedição), MEIRA FILHO (1976), MEIRA (1981), COIMBRA (1981) ou BORGES (1983), os partidos aparecem em plano secundário ou como "pano de fundo" das tramas políticas - isto quando chegam a ser pelo menos citados⁵ - em textos mais recentes, isto é, produzidos mais recentemente, como o de RODRIGUES (1979) e EMMI (1985) - ambos dissertações de mestrado - a questão partidária é discutida com mais detalhe e profundidade, mas sempre como suporte de teses centradas em outros níveis de interesse teórico.

No caso do texto de RODRIGUES (1979), não é possível concebê-lo como um estudo centralizado em partidos políticos; seu objeto principal, alvo de análise sistemática, é o fenômeno da liderança de Magalhães Barata (caracterizada weberianamente como "carismática") no período da história paraense que vai de 1930 a 1935. A temática partidária será tocada apenas em alguns trechos como sustentação da tese central defendida pela autora, ou seja: o controle do cenário político estadual por determinados grupos que, devido ao monopólio da máquina estatal, polarizam internamente a disputa pelo poder, abrindo espaço para a emergência de lideranças carismáticas.

Já EMMI (1985) pretende discutir a formação e

5 A "Revolução de 30 no Pará", de COIMBRA (1981), por exemplo, é uma "revolução" sem partidos (!). Nesta obra os partidos políticos não surgem como sujeitos históricos. Inexiste qualquer referência importante quanto à atuação partidária no Estado, seja a que antecedeu o golpe, seja a seguinte sob a liderança de Magalhães Barata.

papel histórico das oligarquias do extrativismo (particularmente as da castanha, em Marabá) que, monopolizando a terra e o comércio, constituíram-se em grupos centralizadores dos destinos políticos do Estado. As correntes políticas, via agremiações partidárias, são enfocadas em função de suas vinculações com os donos da castanha. Se há contribuições importantes ao estudo sobre partidos políticos no Pará - sobretudo no que toca às vinculações de classe - ainda aqui não temos propriamente um texto destinado a abordar sistematicamente o tema.

3 LIDERANÇAS, CARISMAS E ELITES: O MONOPÓLIO DO PODER OU DE COMO SÃO CONCEBIDOS OS PARTIDOS.

COIMBRA (1981, p. 29), comentando a atuação dos partidos políticos na Primeira República, é de opinião que "careciam dos mínimos requisitos necessários para serem, verdadeiramente, reconhecidos como tal. Eram instrumentos políticos fictícios, manejados ao sabor dos interesses de grupos impenetráveis, que tudo decidiam nos conchavos de gabinete". À parte a visão idealista do autor, a concepção presente na afirmação ilustra significativamente a tônica dos "discursos" encontrados na quase totalidade das obras, onde os partidos aparecem como propriedade privada de pequenos grupos influentes. Há quem relacione elites políticas e grupos sociais mais amplos, há, porém, quem reduza o jogo político a uma trama entre lideranças individuais, resultando o conceito de elite da simples aglutinação de interesses individuais em busca de objetivos comuns. Nesta ótica, o partido passa a ser instrumento de indivíduos e não vice-versa. Se na República Velha os PRs dominantes que se revezavam no poder serviam

aos interesses antagônicos de Lauro Sodré e Antonio Lemos, o Partido Liberal emergente após 30 foi o partido de Magalhães Barata, como em 65 a ARENA era de Passarinho. A história política do Pará fica assim constituída de ciclos marcados pelo domínio de personalidades: o ciclo dos "lauristas, "lemistas"; o ciclo de Barata; o ciclo do "jarbismo", etc.

Há na obra de BORGES (1983) uma interessante cronologia de fatos políticos que se sucederam no Pará ao longo dos vários governos da Primeira república. Os conflitos de interesses que transparecem no escrito nada mais representam que disputas entre elites pelo poder, quando não entre indivíduos, líderes no interior das elites. No dizer de COIMBRA (1981, p. 30) "o poder político era exercido, em todos os níveis, pelos mesmos grupos que se revezavam invariavelmente".

Já o livro de MEIRA (1981), objetivando historiar grafar os principais eventos políticos que se desdobraram na Província até o golpe de 1891, caracteriza-se por uma maior densidade narrativa, chegando mesmo a informações minuciosamente detalhadas sobre personagens envolvidas no cenário político da época, bem como registro de datas, citação de trechos de discursos, pronunciamentos, manifestos dos mais variados atores sociais. O espaço maior da obra é utilizado justamente à reprodução desses trechos discursivos, normalmente publicados em periódicos (jornais, etc.), no intuito de fazer chegar ao leitor o clima político vivido conjunturalmente no final do séc. XIX. Sobressai, nessa linha expositiva, mais intrigas subjetivas entre líderes de facções políticas que propriamente querelas objetivas entre agremiações partidárias - o centro das atenções se desloca do partido (enquanto organização representativa de um segmento social ou classe) para os indi-

PARTIDO = ORGANIZAÇÃO DE ELITE

Segundo RODRIGUES (1979, p. 26), o poder político, à época, estava concentrado nas mãos das oligarquias agro-pastoril e extrativista que, promovendo uma "divisão quase que familiar da posse do Estado", excluía permanentemente outros segmentos sociais da cena política. Os "conspiradores", no dizer da autora, "eram parte do universo das elites" e os choques e alternâncias no controle dos aparelhos de Estado representavam, no máximo, "mudanças de equilíbrio" entre frações no interior das próprias elites (RODRIGUES, 1979, p. 30). Os partidos políticos serão reflexo e expressão deste estado de coisas. Um certo ensaio historiográfico presente na obra permite, inclusive, que se construa uma "genealogia" dos partidos que vão se formando no período, numa linha de continuísmo ideológico, conturbado apenas por dissensões periódicas entre lideranças na luta pelo poder - nunca por projetos econômico-sociais alternativos. Temos assim:

- momento I : 1876 - Criação do Clube Republicano por iniciativa de lideranças expoentes do então existente Partido Liberal, que opunha ao Imperador.
- 1889 - Fundação do Partido Democrático Republicano, por próceres do mesmo Partido Liberal, sem maior representatividade junto ao Clube Republicano.

víduos. As vinculações de classe das várias personagens nunca ficam suficientemente explícitas ⁶. No máximo, como no artigo de **BARATA** (1973) sobre a fundação do Clube Republicano, há referências às profissões e/ou ocupações de personalidades.

Seguindo o mesmo viés, não obstante se constitui em análise mais apurada do ponto de vista sociológico, tem-se o texto de **RODRIGUES** (1979). Muito embora não represente um estudo sobre partidos políticos propriamente dito ⁷, há argumentos de considerável valor sobre o assunto. Das discretas referências às organizações que dominaram a política paraense no período compreendido entre a Primeira República e a derrota de Barata em 1935, sobressai uma concepção elitista e quase "genealógica" das agremiações. Poder-se-ia dizer que a fórmula-síntese esboçada para a interpretação do quadro partidário de então está condensada na conjugação "michelsiana" (**MICHEL**S):

⁶ A única exceção, ainda que limitada, é a coletânea de biografias levantadas por **BORGES** (1970) em Vultos Notáveis do Pará, na qual o autor discrimina mais objetivamente as vinculações políticas de cada personalidade estudada, caracterizadas também do ponto de vista social.

⁷ O objeto central da dissertação se resume: a) na tentativa de compreensão do processo político que vigorou no Pará, durante o primeiro período da Revolução de 30, e que culminou, contraditoriamente, com a derrota do líder carismático e Interventor Magalhães Barata no pleito de 1935 à sucessão do Governo do Estado, após haver comandado uma vitória esmagadora nas urnas em 1934; b) numa análise sociológica (de cunho weberiano) da liderança carismática exercida por Barata durante o período.

momento II : 1890 - Querendo resguardar para si o controle sobre a máquina partidária, líderes do Clube Republicano criam o Partido Republicano Paraense, contrapondo-se assim ao Partido Democrático Republicano (conflito este que ficará evidente quando das eleições para a primeira Assembléia Constituinte da República).

momento III: 1897 - Divide-se o Partido Republicano Paraense, então hegemônico, em antagonismos internos entre facções na luta pelo controle da organização. Três são as correntes que se sobressaem: uma liderada por **Justo Chermont**, outra por **Lauro Sodré** e a terceira, por **Antonio Lemos**. **Lauro Sodré** funda o Partido Republicano Federal, ficando o P.R. Paraense nas mãos de **Lemos**.

momento IV: 1911 - Após divergências entre **Lemos** e **Chermont** quanto à sucessão governamental - **Chermont** defendia a candidatura de **João Coelho** contra

Lemos - aquele renuncia e passa temporada fora do país, resolvendo os "lemigtas" fundarem outro partido: o Republicano Conservador, ficando **João Coelho** com o Republicano Paraense.

momento V: 1912 - Aproveitando-se da divisão entre Chermont e Lemos, Sodré faz novas alianças no interior das elites dominantes e vence o pleito para o Governo do Estado.

momento VI: 1931 - Após o golpe getulista, nomeado Interventor no Pará, o tenente Magalhães Barata funda o seu partido, apoiado por correligionários do Partido Liberal.

momento VII: 1934/1935 - Contrariados com o abuso de poder de Barata, dissidentes do Partido Liberal fundam uma Frente Ampla de oposições, com apoio de remanescentes dos velhos partidos, Republicano Paraense, Republicano Federal e Republicano Conservador, e derrotam o já então

ex-interventor (que voltará em 1937) no pleito de 1935.

Como se pode notar, a gênese e desenvolvimento de cada organização partidária parece resultar mais de conflitos restritos às lideranças políticas que propriamente de contradições mais amplas ao nível das classes sociais. Sobressai, assim, na visão de **RODRIGUES** (1979), o partido-instrumento de interesses privados e conjunturais de indivíduos e/ou pequenos grupos.

Alusão aos vínculos oligárquicos entre grandes proprietários de terra (particularmente grupos ligados ao extrativismo), comerciantes e correntes políticas dominantes (em função desse apoio) no interior dos aparelhos de Estado, desde o "laurismo" até o início dos anos 80, será também objeto do excelente trabalho de **EMMI** (1985) sobre a relação entre estrutura fundiária e poder local no Pará, tomando o município de Marabá como universo de análise.

EMMI (1985) inicia demonstrando como, na década dos anos 20, com os "lauristas" no poder, intensificou-se a formação de latifúndios em várias regiões do Estado. No caso de Marabá, a dominação política era exercida pelo comerciante da castanha e Secretário de Governo, Deodoro de Mendonça, e sua parentela. Este apareceu no cenário político estadual no segundo governo **Sodré** (1917)/21) e utilizou-se da máquina administrativa pública para solidificar sua posição econômica. Segundo a autora, ele utilizava sua influência no interior do Partido Republicano Federal para, em benefício próprio, mesmo que agindo contra correligionários, assumir o controle da máquina estatal e garantir a consolidação de seu poder em Marabá, colocando parentes (são

citados 13) em postos-chave.

Com a mudança de governo em 1930 e a ascensão de **Barata** ao poder - tendo o **PL** como sua expressão' - o jogo político entre as oligarquias da castanha se altera. A importância do produto para a economia paraense faz com que **Barata** crie até uma Inspetoria' de Minas e Castanhais. No caso de Marabá, **Deodoro** perde espaço (escapando-lhe o exclusivismo comercial da castanha) para concorrentes mais afinados com o "baratismo" (como **Borges, Martins e Mendes**). A derruba de **Barata** pela Frente Única em 1935 será a expressão desse conflito entre elites.

Com **José da Gama Malcher** no governo, laurista histórico, os donos dos castanhais voltam a ter ascendência sobre certas casas comerciais, hegemônicas no tempo de **Barata**, **Deodoro de Mendonça** volta a ter prestígio.

Trecho de entrevista coletado por **EMMI** (1985, p. 86), bastante significativo:

"... no governo **Malcher**, que era na verdade um homem inoperante, quem mandava era o **Deodoro de Mendonça** ... aí houve aliados que conseguiram até castanhais com título definitivo e os que tinham alguma ligação com o Partido Liberal perderam o castanhal, como foi o caso de meu pai".

Final dos anos 40: ascensão dos **Mutran** em **Marabá**. Monopólio do processo de coleta e comércio da castanha. À época, luta entre "baratistas" (**PSD**) e "anti-baratistas" (**UDN, PPS, PRP**). O **PSD** é hegemônico até 1950, quando a Coligação Democrática Paraense - frente que reunia **UDN, PRT, PST, PSP** - faz o Governador e o Senador. Em 1955 **Barata** (**PSD**) volta ao poder, seguido de **Aurélio do Carmo** em 1960.

"... O Pará durante muito tempo foi um latifúndio do **PSD** - o representante do partido dividia a terra em lotes (a título precário) de acordo com a fidelidade de cada qual ao partido. O pessoal não estava educado para votar e era manipulado pelos chefes pessedistas. Para derrubar o mandonismo do **PSD** local, era preciso alguém que tivesse dinheiro, no caso **Nagib Mutran**, aliado a alguém que tinha patente mais alta que o **Barata**, o general **Zacarias de Assunção**". (**EMMI**, 1985, p. 92-3).

Fica assim demonstrado, por esta tese, que desde o "laurismo" (e o **PRF** que o exprimia) até a formação das agremiações pós 45 (**PSD, UDN**), não são tanto as ideologias que formam a base constitutiva dos partidos, mas simplesmente intenções/ações estrategicamente arrumadas, em função do jogo entre elites internamente conflitantes, pela posse de determinados recursos econômicos.

4. CONTORNOS E LIMITES DA LITERATURA "PAPA-CHIBÉ"

A caracterização da bibliografia sobre partidos políticos paraenses, produzida por autores locais, por ora deixando de lado as particularidades e diferenças internas a cada obra, espelha no seu conjunto os seguintes contornos:

- a) raridade no tratamento sistemático do tema;

- b) predominância do conteúdo descritivo sobre o analítico;
- c) Dissociação entre realidade política e realidade econômico-social;
- d) privilegiamento de narrativa factual e episódica;
- e) riqueza de detalhes e registros (incluindo-se documentação) no bojo das narrativas;
- f) concepção "elitista" do fenômeno partidário.

É evidente que os pontos acima levantados nem sempre se aplicam de todo a cada texto analisado; daí a necessidade de um quadro que especifique, de forma sintética, o conteúdo de cada contribuição:

TEXTOS DE HISTÓRIA (E/OU SOCIOLOGIA) POLÍTICA DO PARÁ - CARACTERIZAÇÃO DAS REFERÊNCIAS PERTINENTES A PARTIDOS POLÍTICOS LOCAIS.

TÍTULO	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO (1a. Edição).	CARACTERIZAÇÃO DO TEXTO
ALFESÃO DO GRÃO PARÁ À INDEPENDÊNCIA	Palma Muniz	1922	Coletânea de ensaios relativos a fatos históricos que marcam a vida política paraense nos anos que antecederam e sucederam a proclamação da independência do Brasil e adesão do Pará. NÃO TRATA DIRETAMENTE DA QUESTÃO PARTIDÁRIA.
COMPÊNDIO DAS FÉRIAS DA PROVÍNCIA DO PARÁ.	Antonio L. Monteiro Baena	1938	Textos narrativos de fatos ocorridos, na Província do Pará, particularmente atos governativos, entre o início

do séc. XVII até a adesão do Pará à Independência (1823). **NÃO HÁ REFERÊNCIAS A PARTIDOS POLÍTICOS.**

A CAMINHO DA HISTÓRIA : Nogueira de Faria
SUBSÍDIO PARA A HISTÓRIA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO PARÁ 1945
 Ensaio alusivo ao mandato de Barata como Interventor no Estado. Declaração política do autor extremamente favorável ao tenente/coronel, cujo teor foi escrito em sua defesa. **NEXISTE REFERÊNCIAS À VIDA PARTIDÁRIA À ÉPOCA.**

TEMAS DE HISTÓRIA DO PARÁ 1960
 Ernesto Cruz
 Entre ensaio pontificados por temas variados, como a presença dos franceses no Maranhão; a fundação de Belém; ou a Cabanagem, **DESTACA-SE O CAP. XI NO QUAL O AUTOR TRATA ESPECIFICAMENTE DA CRIAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARAFENSES ATÉ O FINAL DO SÉC. XIX.**

HISTÓRIA DO PARÁ (2 Vols) 1963
 Ernesto Cruz
 Coletânea de textos alusivos a vários episódios e momentos da história do Pará. Teor variado, incluindo narrativas como da fundação de Belém; evolução política da Colônia; notas biográficas sobre **Pedro Teixeira**; significado das denominações das primitivas ruas de Belém;

sistemas de transportes e iluminação. **É APENAS NO CAP. IX DO 2º VOLUME QUE OS PARTIDOS POLÍTICOS MERECEM DESTAQUE, NARRANDO O AUTOR SUAS CONSTITUIÇÕES DESDE O PERÍODO DO IMPERIAL ATÉ O PERÍODO PÓS 45.** (Reedição do Cap. XI do texto de 1960, acrescido de novos dados).

AS ELEIÇÕES PARAENSES DE 1962 1964
 Amílcar Tupiassi
ESTUDO SOBRE COMPORTAMENTO ELEITORAL DOS PARTIDOS PARAENSES NO PLEITO DE 1962, PARÁ O SENADO, CÂMARA FEDERAL E LEGISLATIVO ESTADUAL. Contribuição fundamentalmente centrada no tratamento estatístico de dados coletados a respeito.

AS ELEIÇÕES PARAENSES DE 1966 1967
 Amílcar Tupiassi
 Estudo sobre o pleito de 1966, aos moldes do artigo de 1964, incluindo-se aqui

um esforço do autor por analisar, mais detidamente, o quadro político característico da primeira metade da década de 60.

VULTOS NOTÁVEIS DO PARÁ. Ricardo Borges 1970

Notas biográficas sobre vultos importantes da história política do Pará, desde o Império até as primeiras décadas da República. **TORNA-SE IMPORTANTE POR REFERIR-SE, ENTRE OUTRAS COISAS, ÀS VINCULAÇÕES PARTIDÁRIAS DAS PERSONALIDADES ESTUDADAS.**

PODER E INDEPENDÊNCIA NO GRÃO-PARÁ: 1820-23.

Mário Barata 1973

Ensaio interpretativo dos conflitos (causas e consequências) que constituíram o processo político paraense, do período antecedente à proclamação da Independência até a adesão do Pará. **NÃO HÁ RE-**

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO PARÁ

Manoel Barata 1973

FERÊNCIA A PARTIDOS POLÍTICOS.

Coletânea de artigos e ensaios diversos. Constatam registros de datas, fatos, vultos e lugares que compuseram parte importante da história do Pará nas fases colonial e imperial. **al. SOBRE A VIDA PARTIDÁRIA, SE DESTACA APENAS UM ARTIGO SOBRE A FUNDAÇÃO DO CLUBE REPUBLICANO DO PARÁ, COM INFORMAÇÕES DETALHADAS E BEM DOCUMENTADAS.**

HISTÓRIA DO PODER LEGISLATIVO DO PARÁ: 1835 a 1930 e 1935 a 1967. (2 VOLS.)

Ernesto Cruz s/d (1975?)

Documentário sobre a criação da Assembléia Legislativa do Pará, seus principais integrantes e registro de sessões realizadas entre 1835 e 1967. **NÃO HÁ REFERÊNCIA A PARTIDOS POLÍTICOS, NEM MESMO ÀS VIN-**

CULIÇÕES PARTIDÁRIAS DE DEPUTADOS DISCRIMINADOS NA DOCUMENTAÇÃO.

AS ELEIÇÕES PARAENSES DE 1974. 1976
Amilcar Tupiassi

Continuação da linha de abordagem dos trabalhos anteriores, **AGORA COM ESTUDOS REFERENTES AO PLEITO DE 1974.** É o artigo mais sucinto e mais resritro às interpretações estatísticas.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE BELÉM DO GRÃO-PARÁ. 1976
Augusto Meira Filho.

Ensaio sobre acontecimentos e vultos que marcaram a evolução histórica de Belém, desde sua fundação até a adesão do Pará à Independência. **NÃO TRATA DE PARTIDOS POLÍTICOS.**

PARÁ/1935: UM ESTUDO DO SOBRE LIDERANÇAS E CONFLITO. 1979
Denise de Souza S. Rodrigues.

Tese centrada no estudo da liderança exercida por Magalhães Barata no período compreendi-

A PRIMEIRA REPÚBLICA NO PARÁ 1981
Octávio Meira

Ensaio sobre acontecimentos políticos que se desdobraram no Pará, desde a queda da Monarquia até o golpe de Estado de Deodoro da Fonseca, em 1891. **EMBORA NÃO SE CONSTITUA EM TEXTO DEDICADO AO ESTUDO DA VIDA PARTIDÁRIA PARAENSE, HÁ REFERÊNCIAS SIGNIFICATIVAS SOBRE O ASSUNTO, COMO A FUNDAÇÃO DO PARTIDO RADICAL, A ATUAÇÃO DO PARTIDO CONSERVADOR E A FUNDAÇÃO (BEM DOCUMENTADA) DO PARTIDO REPUBLICANO.**

A REVOLUÇÃO DE
30 NO PARÁ

Interpretação dos fatos que resultaram na Revolução de 30 e suas repercussões no Estado do Pará. Caracterização do episódio a nível local e sua consolidação via interventoria de Magalhães Barata. NÃO HÁ REGISTROS SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS.

O PARÁ REPÚBLICA
CANO 1824-1929

Ensaio histórico sobre os principais mandatos governativos, republicanos, desde Justo Chermont (1890-91) até Dionísio Bentes (1925-29). REFERÊNCIAS ESPARSAS SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS. REGISTRA, CONTUDO, AS VINCULAÇÕES PARTIDÁRIAS DE CADA GOVERNO.

1983 - Ricardo Borges.

ESTRUTURA FUN-
DIÁRIA E PODER
LOCAL: O CASO
DE MARABÁ.

* 1985 - Marilú Ferreira Enmi.
Tem por objetivo captar as relações entre estrutura fundiária e poder local, em Marabá. As referências a respeito das VINCULAÇÕES ENTRE OLIGARQUIAS DA CASTANHA E PARTIDOS POLÍTICOS EM VÁRIOS MOMENTOS DA HISTÓRIA POLÍTICA PARAENSE É SUA PRINCIPAL CONTRIBUIÇÃO AO PRESENTE TEMADE INTERESSE.

* Tese de mestrado ainda não publicada.

Das aproximadas duas dezenas de trabalhos consultados, pode-se notar alguns traços marcantes:

- 1º) 7 dentre os 18 textos não fazem referência alguma a respeito dos partidos ⁸
- 2º) das 11 obras que abordam o assunto, 6 o fazem de forma indireta, seja como referências esparsas e diluídas no "enredo" maior das narrativas, seja como suporte de teses centradas em outros objetivos de análise;
- 3º) Os textos mais específicos e diretos sobre o assunto constituem a menor parcela do conjunto de obras políticas referido; ainda assim, caracterizam-se pela sumariedade de informações, na medida em que não passam de artigos publicados, ora em revistas especializadas, ora como meros capítulos "perdidos" entre páginas de coletâneas de "assuntos diversos".

Os limites da literatura "papa-chibé" se fazem notórios. Acrescente-se ainda o fato de praticamente inexisterem registros referentes ao período de maior vigor da vida partidária nacional: o "intermezzo" 1945-1964. Deixando de lado as informações

⁸ Cabe resaltar que alguns trabalhos nada revelam visto a abordarem períodos históricos em que a realidade partidária ainda inexistia ou apenas era incipiente

tópicas dos textos de **TUPIASSÚ** (1964, 1967, 1976) e **EMMI** (1985) referidos, a única exceção recai no artigo de **CRUZ** (1963) publicado como capítulo **IX** do vol. 2 da obra História do Pará, numa reedição do capítulo XI da publicação de 1960, acrescido de informações sobre correntes partidárias que emergiram no cenário político estadual após a queda do Estado Novo - além de interessante relação nominal/cronológica dos parlamentares (discriminando Deputados e Senadores) que tiveram seus mandatos desde a época do Império (1826) até o final da década de 50. Os informes a respeito dessas agremiações políticas, entretanto, são extremamente sumários e descritivos, não oferecendo material suficiente para uma análise mais profunda da história política do Estado no período. De qualquer maneira, seu valor resulta do simples registro, elaborado de forma rigorosa e que permite que se tenha uma noção das principais expressões político-organizativas da época. A lacuna sobre a etapa 1945-1964, porém, persiste e o texto de **CRUZ** é por demais insuficiente para cobrir as imensas reticências e interrogações.

As limitações do quadro apresentado, conjugadas que estão, como já foi dito, com a predominância de material descritivo sobre o analítico, tornam evidente a impossibilidade de construir-se uma teoria menos impressionista sobre partidos políticos no Pará, tomando-se por base unicamente a parca e estreita, objetivamente falando, literatura existente. O desafio primordial, sem dúvida, é a superação de uma certa visão (dominante) meramente narrativo-episódica e mediante a qual a realidade política, em relação à econômico-social, aparece dicotomicamente construída. As vinculações de classe, inerentes ao jogo político entre lideranças e/ou organizações, resultam omitidas ao longo da maioria das

exposições. Emerge, assim, uma separação perigosa, teoricamente falando, entre história política e história econômico-social, onde o "espaço" do político é concebido independentemente da totalidade concreto-histórica na qual objetivamente está inserido.

Diante de um viés teórico incapaz de ultrapassar a aparência do real, que outra postura interpretativa dos fatos pretender, que não uma concepção "individualista" ou "personalista" dos partidos políticos a nível local, numa reconstrução "à moda da casa" de idéias paradigmáticas na teoria das elites?⁹

A possibilidade de ruptura com tal tendência se apresenta potencialmente presente em alguns poucos trabalhos, mas não chega a vingar; menos por inadvertência de seus autores que por razões circunscritas aos próprios objetivos de cada contribuição, previamente delimitados. Reflexões bastante fecundas à formulação de novas hipóteses de trabalho nunca são devidamente desenvolvidas e acabam, dada sua sumariedade, por perder-se no conjunto dos demais argumentos: é o caso das referências a respeito das vinculações entre interesses políticos locais e aqueles a nível nacional.

Tratado sob pontos de vista diferenciados, o tema é abordado topicamente por autores como **TUPI-**

⁹ Teoria social difundida nos EEUU e Europa no início do século (particularmente década dos 30), inspirada nas obras de **Pareto** e **Mosca**, e que concebe as sociedades históricas governadas por leis objetivas, segundo as quais sempre haverá uma hierarquia social estruturando a vida de cada sociedade, dividindo-as em "elites" e "não-elites", graças às diferenças de "talentos" entre indivíduos.

ASSÚ (1967) e **EMMI** (1985). Em artigo sobre as eleições de 1966, **TUPIASSÚ** (1967) faz menção às posições consideravelmente diferenciadas entre políticos "da terra" quanto às estratégias utilizadas no jogo pelo poder. Referindo-se à disputa no início da década de 60 entre o **PSD** (então partido dominante) e a **CDP** (Coligação Democrática Paraense) - que agrupava em uma frente todos os partidos de oposição ao domínio pessedista - **TUPIASSÚ** (1967, p. 31) enfatiza como que no campo das oposições a tática era buscar postos de projeção dentro do Governo Federal, "na esperança de que a promoção viesse a valer como credencial para o domínio da **CDP** e/ou para a vitória no próximo pleito para Governador", enquanto que o **PSD**, no poder, aproveitava-se da situação para obter vantagens e alargar seu domínio no interior dos espaços políticos sob jurisdição estadual. As contradições da política local e seus vínculos com o jogo político nacional são também objeto de interesse por parte de **EMMI** (1985). A ascensão do Major **Curio** como novo líder político na região de Marabá é explicada pela autora segundo tese apoiada na unificação progressiva do mercado nacional que paulatinamente vai confrontando grupos empresariais locais, tradicionalmente dominantes, e que vão perdendo espaço a outros setores mais poderosos do capital. O reflexo desse novo quadro mais evidente a partir da década de 70 - é que as disputas deixam de restringir-se a oligarquias locais - aglutinadas em duas facções no interior da **ARENA**, sob as lideranças de **Jarbas Passarinho** e **Alacid Nunes** - para ganharem contornos mais complexos na razão direta da penetração na região de interesses econômicos do grande capital.

Como se pode notar, as inferências citadas são extremamente preciosas para não haverem sido, até

aqui, mais sistemática e substancialmente investigadas. Se por um lado fica patente a complexidade do jogo de relações que envolve a vida político-partidária local, em momentos distintos da história do Pará - apontando a necessidade de ir-se mais a fundo nas contradições do processo político real e que não pode ficar relegado à condição de conflitos individuais - por outro, a revelação destes dados não vai além da constatação de sua existência, deixando em suspense respostas a interrogações como:

- de que maneira a questão partidária, em âmbito local, expressa as mudanças ocorridas conjuntural e/ou estruturalmente a nível nacional?
- que grupos de interesse, em cada período histórico, estão representados efetivamente no interior de cada partido?
- quais os mecanismos concretos de relações entre personalidades políticas e tais grupos de interesse?
- os principais conflitos inter ou intra-partidários representam clivagens a nível de classes sociais antagônicas ou apenas contradições entre facções no interior de uma mesma classe social?
- a dinâmica interna da vida dos partidos (como a ascensão e queda de lideranças) tem relação direta com o jogo de poder a nível mais amplo da

sociedade? Como?

- os partidos dominantes, em cada época, representam de fato interesses de grupos hegemônicos no interior da sociedade - são arenas importantes no campo das grandes decisões?

5 NOVAS CONTRIBUIÇÕES: O DESAFIO DA SUPERACÃO

Qual a contribuição que poderiam trazer ao debate estudos mais especializados sobre a realidade partidária nacional - produzidos sobretudo ao longo da última década no eixo Centro-Sul?

Antes de mais nada, cabe ressaltar o fato que, sob o ponto de vista teórico-interpretativo e independentemente da natureza de cada argumento, o conjunto acumulado dessa produção histórico-sociológica amadureceu a reflexão sobre a temática e já permite que se evite, ao contrário de pesquisas tradicionais, interpretações marcadas por estereótipos geralmente reducionistas:

"... (a) descrição que mais se fez deles (partidos políticos) foi a de agrupamentos ideológicos indiferenciados; de parentelas familísticas que se projetavam no domínio público; de entidades exclusivamente eleitoreiras e, portanto, sazonais..."

ou, no extremo oposto:

"... (uma) visão classista (e purista) dos partidos: o PSD como repre-

sentante da oligarquia agrária, a UDN da classe média e da burguesia urbanas, o PTB dos assalariados de baixa renda e do operariado industrial". (LAMOUNIER & KINZO, 1981, p. 306-7)

Sem dúvida: a mais fecunda contribuição é seu valor teórico-metodológico. Se a inexpressiva quantidade de dados aí disponíveis, no que toca a realidade partidária paraense, em qualquer época, torna esta literatura fonte insuficiente para um estudo mais substancial das especificidades locais, as grandes hipóteses por ela trabalhadas, de cunho por vezes paradigmático, podem iluminar e suscitar novas linhas de pesquisa que objetivem romper com o atual e incipiente estágio da produção acadêmica "papa-chibé" - isto sem enveredar, claro, o que seria negativo, por um reducionismo mecanicista da teoria.

Dentre vários ensaios, normalmente teses, já escritos sobre o assunto, três se destacam e servem como exemplo para a arguição: SOUZA (1976), CARDOSO (1978) e BRASIL (1980). Não por acaso, foram sele-

cionados. Os critérios para esta opção estão baseados no fato que :

- 1º) cada texto foi escrito em um momento particular e diverso da história política brasileira,¹⁰
- 2º) todos os três ensaios influenciaram suas épocas e, até hoje, constituem-se em marcos teóricos de referência.

A) A contribuição de SOUZA (1983) em "Estado e Partidos Políticos no Brasil"

Sem sombra de dúvidas, o trabalho de SOUZA (1983) é um marco. A riqueza de questões suscitadas ao longo da obra e o esforço de formulação de um paradigma de análise, capaz de dar conta do "modelo brasileiro" de sistema partidário no período 1945 - 64, justificam a afirmação. Sua tese é de que qualquer tentativa de interpretação do sistema de partidos no Brasil, que não leve em conta o condicionamento exercido pelo Estado sobre a organização e di-

¹⁰ Maria de Carmo Campello de SOUZA apresentou seu trabalho em 1976, num momento em que o bipartidarismo oficial ainda impedia que se vislumbrassem perspectivas em favor da abertura política; Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, já escreveu seu artigo em 1978, quando então já se apresentavam sinais de ruptura com o bipartidarismo biônico; enquanto que Olavo Brasil de Lima Jr., lança ao público brasileiro sua tese em plena fase de abertura política - 1980 - e com a volta do pluripartidarismo.

nâmica político-partidária, estará fadada a sérios equívocos. O peso de uma burocracia estatal solidamente implantada no âmbito da arena política decisória (policy-making), ocupando espaços importantes que em regimes mais democráticos caberiam à atuação dos partidos, constitui ponto nevrálgico de explicação do fracasso da institucionalização do sistema partidário no período em questão. A existência de uma estrutura estatal centralizada e fortalecida durante o Estado Novo (1937-45) terá sido uma das principais dificuldades à solidez do multipartidarismo subsequente e, como mostra a autora, um estímulo ao clientelismo. Demonstra como o sistema de Interventorias criado por Getúlio Vargas foi a base posterior de sustentação de um dos maiores partidos da época: o PSD. Explicar-se-iam, assim, muitas das "contradições" políticas ulteriores:

"Os políticos que se encontravam na liderança das interventorias formaram o PSD, os que haviam sido desalojados formaram a UDN." (SOUZA, 1983, p. 41)

E, por dedução lógica, o arremate final da tese: "a estrutura partidária formou-se em grande medida por decisão governamental, estruturando-se em função de fatores marcadamente conjunturais (anti ou pro varguismo) e não por clivagens sócio-econômicas nítidas". (SOUZA, 1983, p. 41-2)

No que respeita ao estudo sobre partidos políticos no Pará, o valor teórico e metodológico que poderia ser resgatado do texto de SOUZA (1983) reside no seguinte:

- 1º) questionar um modelo de análise reducionista dos partidos à sua

base social;

- 2º) questionar uma pretensa estrutura homogênea de classes a nível nacional, o que implica conceber uma heterogeneidade regional (e por que não até municipal?) dos partidos;
- 3º) tornar ponto analítico obrigatório as vinculações entre a política de **Barata** (Interventor no Estado, indicado por **Vargas**) e a estruturação do quadro partidário local pós 45.

B) A contribuição de BRASIL (1983) em "Partidos Políticos Brasileiros/45 a 64" II

Outros problemas são levantados por **Olavo BRASIL**. Se não se constituem na sua totalidade convicções do autor, no mínimo são férteis hipóteses de trabalho.

Resumidamente, sua tese se fundamenta no seguinte: demonstra que o período que vai de 1945 a 1964, apesar do multipartidarismo formal, na realidade o sistema partidário brasileiro não fôra homogêneo no tempo e no espaço.

11 Por referir-se ao mesmo período histórico trabalhado por **SOUZA** (1983), o comentário sobre a obra de **BRASIL** (1983) antecede aquele referente a **CARDOSO** (1978), teoricamente mais abstrato.

Confira sua tese de doutoramento publicado no país em 1983 pela Grral, cujo título está especificado do acima.

"Na verdade, o que havia eram três subsistemas partidários claramente diferenciáveis: um sistema bipartidário, um sistema multipartidário moderadamente fragmentado e um sistema multipartidário altamente fragmentado." (BRASIL, 1983, p. 30)

Os critérios de sustentação de sua hipótese repousam nos resultados das preferências eleitorais - colhidos de forma sistemática nos vários estados e/ou regiões - e na verificação de que o processo político que envolveu os partidos no período foi extremamente diversificado de região para região e mesmo entre estados (e, no interior deste, entre municípios):

- a) seja pela diferenciação dos tipos de alianças políticas interpartidárias; 12
- b) seja pela variação hegemônica entre partidos, ora predominando tendências "conservadoras", ora "progressistas". 13

Utilizando a fórmula (índice) de Marku Laako

12 Ao contrário da tese de **Dillon SOARES** (1964), que indenticava uma tendência geral dos pequenos partidos de se unirem mais frequentemente em alianças do que os grandes partidos.

13 Também aqui há uma contestação da tese sustentada por **Dillon SOARES** (1973) e **SOUZA** (1976 ou 1983) sobre o declínio dos partidos conservadores no país dentro do período.

$$N = \frac{1}{\sum_{i=1}^n P_i^2}$$

Onde: N é o número de partidos efetivos, e P_i e a proporção de votos de cada um dos partidos.

BRASIL (1983, p. 129) demonstra, pela diversidade dos resultados eleitorais, a nível federal e estadual, que no período 1945-62 o país possuía, de fato, três sistemas partidários distintos, variantes em certos casos ao longo do tempo.

A nível federal,

"Nunca mais de quatro estados se fizeram representar por quatro partidos (1950, 1954, 1968), sendo que apenas São Paulo (1950 e 1954) e Guanabara (1954) lograram compor sua bancada com cinco ou mais partidos." (BRASIL, 1983, p. 133)

ao contrário,

"A maioria dos estados se caracteriza por estar situada na categoria que envolvia a participação de 2,6 a 3,5 partidos politicamente efetivos. Assim sendo, um sistema com dois ou três partidos efetivos predominou na grande maioria dos estados brasileiros. No primeiro caso, entre sete e dez estados se fizeram representar por dois partidos, en-

quanto no segundo caso três partidos caracterizaram a vida partidária, a nível federal, de seis a onze estados, dependendo da eleição." (BRASIL, 1983)

A nível estadual, a situação nem sempre corresponde à federal. Temos assim que,

"em vista do número médio de partidos políticos efetivos, conforme dados apresentados... os estados brasileiros assim se dividem: dois estados com dois partidos, dezesseis estados com aproximadamente três ou quatro partidos, dois estados com cinco partidos e apenas um - São Paulo - com mais de cinco partidos." (BRASIL, 1983, p. 142)

O Pará, nas avaliações de **BRASIL** (1983), enquadra-se quase sempre na categoria denominada de sistema (ou subsistema) multipartidário moderado - segundo classificação inspirada na teoria de **SARTORI** (1982) - quer a nível federal quanto estadual, à exceção do pleito federal de 1950 quando predominaram apenas 2 partidos pela bancada do estado. O que importa como conclusão desse quadro é saber as causas dessa tendência manifestada dentro do estado ao longo do período considerado. Reside neste tipo de enfrentamento o desafio à compreensão das especificidades da história política do Pará:

a) as condições locais da disputa eleitoral;

- b) as particularidades das condições sócio-econômicas;
- c) as formas de cultura política influentes no comportamento dos partidos;
- d) as forças sociais reais e seus canais de atuação política e ideológica, etc.

Assim, a grande contribuição de BRASIL (1983), é chamar a atenção para esses aspectos condicionantes mais localizados da política partidária e que não podem ser apreendidos a partidos de uma visão mais geral e homogeneizante da realidade política nacional.

Outras questões que podem ser levantadas:

- até que ponto os partidos no Pará refletiram em suas práticas as tendências políticas de outros cen-
tros?
- qual o grau de autonomia dessa atuação e a que isto se devia?
- os segmentos de classe hegemônicos no interior dos partidos no âmbito estadual correspondiam à tendência nacional?

C) A contribuição de CARDOSO (1978) em "A Questão dos Partidos"

Aparentemente, o texto de Cardoso (1978) não

tem relação direta com a questão partidária no Pará. Assim o é, se se ficar restrito à problemática por ele explicitamente delimitada no ensaio, a saber: a construção de uma teoria da representação e dos partidos que, levando em consideração as especificidades concretas da realidade brasileira, sirva efetivamente de instrumento teórico de avanço das lutas populares contra a ordem vigente àquela altura. O precioso argumento desenvolvido pelo autor foge aos objetivos limitados da presente investigação, pois a lucidez e embasamento histórico-sociológico com que Cardoso questiona o que denomina de "paradigmas explicativos do processo político-social brasileiro" mereceriam comentários à parte. Por ora, basta recuperar alguns elementos do argumento que, pela sua "fecundidade", estropeiam os próprios objetivos específicos do ensaio - em si mesmo contenedor de arguições de valor paradigmático - e permitem, dessa feita, refletir sobre o assunto particular de interesse do presente estudo.

No momento, basta apenas fixar a idéia de "heterogeneidade estrutural" da sociedade brasileira que, pela sua condição peculiar de país capitalista periférico (de industrialização tardia) e dependente econômica e tecnologicamente dos países centrais dominantes, "não deve ser dada como conhecida nem com redutível às análises clássicas sobre a estruturação das classes na Europa e nos Estados Unidos". (CARDOSO, 1978, p. 2) Eis aí um desafio a uma historiografia, sociologia e ciência política mais "encarnadas" e atentas às nossas especificidades históricas concretas - com suas contradições objetivas também específicas, bem como suas potencialidades políticas - irredutíveis às análises e propostas das teorias clássicas, formuladas sobretudo na e para a Europa e/ou EEUU e que, positivisticamente foram

dogmatizadas e universalizadas, inclusive em algumas de suas conclusões elaboradas em e para conjunturas particulares autóctones.

Se for levada em consideração a caracterização da sociedade burguesa contemporânea, esboçada por **CARDOSO** (1978), em que as próprias classes são internamente polissegmentares e multifacetadas (a nível de ocupação, propriedade, renda, cultura, espaço, organização, interesses econômicos, aspirações políticas, etc.), ter-se-á aí um veio para explorar questões pouco trabalhadas pela literatura que versa sobre partidos políticos no Brasil:

1º) é possível se falar de partidos da burguesia, do proletariado, etc., sem especificação do "tipo" de burguesia e proletariado? Esse "purismo" existe no real?

2º) os interesses sociais subjacentes às organizações partidárias serão redutíveis a reivindicações exclusivamente "clássicas"? Qual (is) a (s) lógica (s) real (reais) da dinâmica partidária?

3º) levando-se em conta, por outro lado, as diversidades estruturais entre regiões do país - certamente não temos no Pará um ABC paulista, ou uma zona da mata pernambucana, nem um polígono das secas - o que significa falar de partidos "nacionais"? Existiu uma dinâmica e

práticas homogêneas (em termos de interesses e estratégias)' no interior de um **PSD**, de uma **UDN** ou **PTB** - hoje, um **PMDB**, um **PDS**, **PT** - ou, num certo sentido, só poder-se-ia (e dever-se-ia) falar dessas agremiações no plural (**PSDs**, **UDNs**, **PTBs**) ou adjetivando-as (**PSD** "paraense", **PDT** "carioca", **PFL** "mineiro", **PTB** "paulista", "a la Primeira República"? Como diria **CARDOSO** (1978)

"há que analisar mais antes de responder"?

Sendo inaceitável - e isto se aplica quando se estuda partidos políticos no Pará,

"deduzir dogmaticamente de outras situações e épocas qual é a posição correta a ser adotada". (**CARDOSO**, 1978, p. 12)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAENA, A. Ladislau M. Compêndio das eras da Província do Pará. Belém, Typografia de Santos, 1938.
- BARATA, Manoel. Formação histórica do Pará. Belém, UFPA, 1973.
- BARATA, Mário. Poder e independência no Grão-Pará: 1820-1823. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1973.
- BENEVIDES, M. Vitória de M. A UDN e o Udenismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- BORGES, Ricardo. Vultos notáveis do Pará. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1970.
- _____. O Pará Republicano. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1983.
- BOTTOMORE, T.B. As elites e a sociedade. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- BRASIL, Olavo. Partidos políticos brasileiros; 45 a 64. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- CARDOSO, F. Henrique. A questão dos partidos. Revista Contexto. São Paulo (5), 1978.
- CHACON, Vamireh. História dos partidos brasileiros. Brasília, UNB, 1981.

- COIMBRA, Creso. A Revolução de 30 no Pará. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1981.
- CRUZ, Ernesto. Temas da história do Pará. Belém, SPVEA, 1960.
- _____. História do Pará. Belém, Governo do Estado, 1973. 2v.
- _____. História do Poder Legislativo do Pará (1935 a 1967). Belém, UFPA, s.d. 2v.
- DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. São Paulo, Zahar, 1970.
- EMMI, Marília Ferreira. Estrutura fundiária e poder local; o caso de Marabá. Belém, NAEA/PLADES / UFPA, 1985. Mimeo.
- FARIA, Nogueira de. A Caminho da história; subsídio para a história política e administrativa do Pará. Belém, 1945.
- FLEISCHER, David V. O Sistema partidário brasileiro e seu estudo. In: _____. Os partidos políticos no Brasil. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981. v.1 (Cadernos da UNB).
- FRANCO, A. Arinos de Melo. História e teoria dos partidos políticos no Brasil. 3. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1980.
- LAMOUNIER, Bolivar & KINZO, Maria D'Alva Gil. Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-1978. In: FLEISCHER, David V. Os partidos políticos no Brasil. Brasília, Ed. Universi-

dade de Brasília, 1981. v.1 (Cadernos da UnB)

MEIRA FILHO, Augusto. Evolução histórica de Belém do Grão-Pará. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1976. 2v.

MEIRA, Octávio. A Primeira República no Pará. Belém, Falângola, 1981. v.1.

MICHELS, Robert. Os partidos políticos. São Paulo, Senzala, s.d.

MUNIZ, Palma. Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1973.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. O Partido Social Democrático (PSD). In: FLEISCHER, David V. Os partidos políticos no Brasil. Brasília, Ed. universidade de Brasília, 1981. v.1 (Cadernos da UnB).

RODRIGUES, Denise de S.S. Pará/1935; um estudo sobre lideranças e conflitos. Belém, UFPA, 1979.

SARTORI, Giovanni. Partidos e sistemas partidários. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

SOARES, Gláucio A.D. Sociedade e política no Brasil. São Paulo, Difel, 1973.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil. 2. ed. São Paulo, Alfa-

Omega, 1983.

TUPIASSÚ, Amilcar. As Eleições de 1962. Revista Brasileira de Estudos Políticos. São Paulo (16), 1964.

_____. As Eleições paraenses de 1966. Revista Brasileira de Estudos Políticos. São Paulo (23/24), 1967.

_____. As Eleições paraenses de 1974. Revista Brasileira de Estudos Políticos. São Paulo (43), 1976.